

## ENTRE FOGO ETERNO E COLUNAS DE HONRA: O MAUSOLÉU DO PRESIDENTE JOÃO PESSOA COMO UM LUGAR DE MEMÓRIA

GENES DUARTE RIBEIRO  
Mestrando – PPGH-UFPB  
genes\_duarte@hotmail.com

Uma matéria publicada no jornal A União, em 26 de julho 1997, estampava na sua primeira página em negrito: “**De volta às origens**”. Era o anúncio “orgulhoso e festivo” das comemorações oficiais pelo traslado das urnas funerárias com os restos mortais do presidente João Pessoa e de sua esposa, trazidos por familiares, do Rio de Janeiro para a capital paraibana. Comemorava-se também o aniversário de morte de João Pessoa, que completava 67 anos e aquela não era a primeira vez que aquele jornal publicava matérias sobre o Presidente João Pessoa e nem era também o primeiro momento em que os paraibanos se reuniam em comemorações evocando a sua memória.

Abaixo da notícia principal estão inseridas duas imagens: a primeira do Presidente João Pessoa à esquerda da página e a outra uma fotografia do governador José Maranhão no lado direito. Os ícones estão dispostos entre os textos alusivos as comemorações daquele dia e enquadradas nas mesmas posições “oficiais” de chefes de Estado, semelhantes também no tamanho, no perfil exibido, no vestuário e na expressão do rosto. Coincidência nas escolhas das imagens para a edição do jornal?

A similaridade entre os dois governos é ostentada também nos anúncios e notas expostas no decorrer das páginas do Jornal. Em uma dessas notas é utilizado o termo “**austero**” para João Pessoa, definindo-o como “um político adiante do seu tempo”, sendo assim, continua a nota, com “os seus restos mortais” de volta a Paraíba, é “hora de reacender os ideais, sempre vivos de sua luta” e conclui: “Porque acima de tudo, este é o compromisso do nosso governo”. Interessante perceber que numa fabricada “coincidência” o lema do governo que promovia as comemorações era “**austeridade e desenvolvimento**”. Era a forma encontrada para uma relação de continuidade administrativa entre os dois governos.

O traslado dos seus restos mortais em 1997 ocorreu nos moldes dos mesmos “espetáculos” e dos “discursos saudosistas”. A programação para a chegada de suas cinzas foi publicada n’A União que além da participação dos familiares contou também com a presença de figuras proeminentes da política local, participaram órgãos da imprensa e autoridades religiosas:

### A PROGRAMAÇÃO

**9:00h** Missa Solene, celebrada por sua Excelência Reverendíssima O Arcebispo da Arquidiocese da Paraíba Dom Marcelo Pinto Cavalheira. Local: Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Participação do Coral Sinfônico e da cantora lírica Amarilis de Rebuá.

**11:00h** Chegada de autoridades ao Aeroporto.

**11:30h** Chegada as cinzas do Ex-Presidente João Pessoa (avião da Força Aérea Brasileira – FAB) Local: Aeroporto Castro Pinto.

**12:00** Saída do cortejo oficial, em deslocamento para João Pessoa.

**12:30** Chegada ao Palácio da Redenção.

Chegada das cinzas do Ex-Presidente João Pessoa e D. Maria Luiza, ao jardim Lateral do Palácio da Redenção, onde serão depositadas provisoriamente até a construção do Mausoléu.

**13:00** Visita aberta ao público Exposição fotográfica.(Acervo do Instituto Historico e Geográfico da Paraíba IHGP)

**17:00** Visita ao museu da Fundação Casa José Américo onde se encontra em exposição peças mobiliárias do dormitório do Ex-Presidente João Pessoa.

Traje: Passeio completo. (A União, 26 de julho de 1997)

A saída do cortejo oficial do Aeroporto para a capital transportando as cinzas de João Pessoa foi acompanhada por deputados, magistrados, prefeitos, representantes do Senado Federal, vereadores, autoridades militares e oficiais da polícia militar. Na chegada do cortejo discursaram o jornalista Wellington Aguiar, biógrafo e defensor de João Pessoa, Deputado Inaldo Rocha Leitão, Presidente da Assembléia Legislativa, Isa Cavalcante, filha do Ex-Presidente e o governador José Targino Maranhão.

Todos os discursos dos oradores foram pautados pelo tema de sua morte e seguiram basicamente as três linhas de sua consagração em vida: (1) durante o seu governo, sendo um homem à frente do seu tempo, (2) o seu martírio, quando o seu sacrifício foi feito em nome da liberdade da Paraíba e (3) o retorno, pois as suas cinzas personificam o herói, num reencontro emocionante com seu Estado. Para exemplificar a continuada deificação de João Pessoa, evoco as palavras do governador José Maranhão no momento da solenidade, uma vez que ele inclui nos cumprimentos formais ao presidente falecido:

**Mas as gotas do seu sangue**, que primeiro molharam as ruas do Recife, serviram, rapidamente, para bombear o coração de um Brasil velho e ultrapassado, que entorpecia o corpo de uma nação jovem e vibrante, que pedia pressa para nascer. **E como o sangue de Jesus Cristo** e de um Mahatma Gandhi, **fez renascer a fé e a esperança, construindo a liberdade.** (A União 27 de jul. 1997 - grifamos)

E continua em seu discurso:

Agora irmãos paraibanos **guardai essas cinzas**, mas atendei: façam com que elas **fertilizem** nosso solo e nossos corações; que elas **parem** sobre nossas cabeças e **inspirem** nossos caminhos. E se for sua vontade presidente, deixai que elas, num gesto de amor, **passem** pelos nossos campos e cidades; que **aqueçam** nossas praias; **tragam** o verde a nossos sertões, e **semeiem** paz, justiça, fé, coragem, luta, esperança por toda a nossa querida Paraíba. Agora presidente, descanse em paz. Tenha a certeza que a Paraíba, mais do que nunca saberá seguir o seu exemplo! (Idem - grifamos)

Na fala do governador, o presidente João Pessoa sacrificou a sua vida pela salvação do Brasil, destacando a sua morte como um acontecimento de salvação, o transformando em um novo Jesus Cristo.

De acordo com os verbos utilizados na sua fala, as suas cinzas trazem de volta essa presença “libertadora” para a Paraíba. De qualquer forma, é compreensível pensar que o poder reinvente o

material histórico disponível na sociedade, lançando mão de um passado histórico “apropriado”, que possa refletir um futuro promissor, reinventando, ou reinterpretando este passado para fins próprios do exercício do poder. De fato, a voz do governador anuncia: as cinzas do presidente João Pessoa estão mais fortes e renascidas do que nunca nestas terras. É ele próprio.

O historiador Jacques Le Goff, pertencendo a esta terceira geração dos Annales, nos será oportuno nessa discussão por apresentar estudos sobre ‘memória coletiva’, uma vez que particularmente, nossa documentação histórica é de natureza memorialística.

Neste sentido, refletir sobre o mausoléu construído em homenagem ao Presidente João Pessoa é pertinente para os propósitos de nosso trabalho, uma vez que trata-se de um monumento com finalidades de celebrações memoráveis, e o mesmo Le Goff afirma que essas construções:

têm como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado da memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos. (LE GOFF, 2003, p.526)

Dessa forma, pensar a relação entre os monumentos e a memória coletiva é compreender as transformações ocorridas nas sociedades e, ao mesmo tempo sua relação com o passado coletivo. Um destes aspectos transformadores apontados por Le Goff (2003) é o aparecimento da escrita, quando a comemoração é celebrada através de um monumento comemorativo de um acontecimento que precisa ser lembrado, assumindo uma nova forma de memória coletiva: a construção em pedra. São vários exemplos apresentados, assim como a diversidade de lugares e civilizações: desde a Mesopotâmia no Oriente Antigo a época áurea das sociedades clássicas:

Nos templos, cemitérios, praças e avenidas das cidades, ao longo das estradas até “o mais profundo da montanha, na grande solidão”, as inscrições acumulavam-se e obrigavam-se o mundo greco-romano a um esforço extraordinário de comemoração e perpetuação da lembrança. (LE GOFF, 2003, p.428)

O esforço dessa perpetuação da memória se expressa também na escolha do material para a construção dos monumentos, quanto mais duráveis fossem eles, estaria garantida a durabilidade do que se queria lembrar, para tanto utilizavam com frequência “a pedra e o mármore”, tornando-os “arquivos de pedra”, com caráter de publicidade insistente e duradora do passado. A memória coletiva usurpada pelos reis imortalizados e suas vitórias triunfantes, nas estelas sacerdotais apontando os seus privilégios e nos monumentos construídos em honra de imperadores e senadores é não somente uma conquista, mas é um instrumento e objeto de poder.

Poder de se tornar imortal, vencer a condição mortal e se diferenciar dos demais era a legitimação do próprio poder, a exemplo da sociedade grega de fundamento mito-poético, Felix (1998) analisa outra forma de sacralização da memória enunciada em voz alta pelo cantor-poeta, construindo verdades dentro de uma dimensão do tempo mítico, não cronológico. A importância

de celebrar os imortais constituía uma luta contra o silêncio, também traduzido pelo termo “morte” ou esquecimento (*Iheté*). Sendo assim, a inspiração concedida aos poetas por *Mnemosine*, era a garantia para os guerreiros continuarem eternos, uma vez que “a fama e a glória, engrandecidas pelo louvor, eram para os seres que já se distinguem ao natural, já que eram grandes e como tal, merecedores da imortalidade.”

Na Idade Média, Le Goff (2003) apresenta a cristianização da memória, na medida em que a lembrança dos que morreram pela religiosidade popular, torna-se parte dos cultos litúrgicos, como também os túmulos dos mártires. Desde a mitologia grega, passando pelo universo da Igreja Católica, com a vida e morte de Cristo e dos santos, até os dias de hoje, a constituição do herói envolve a vitória sobre alguma adversidade, demanda algum sacrifício, pois os seus feitos oferecem exemplos, conforto e esperança aos comuns mortais.

É nesse contexto que ao analisarmos os noticiários publicados no Jornal *A União* por seus colaboradores, no ano de 1997, encontramos justificativas para a construção de um monumento em pedra para um “grande herói”. Trata-se do Mausoléu ao presidente João Pessoa, considerado pelos redatores como um local de “encontro com o seu herói e mártir”, de “religiosidade e lembranças dos grandes feitos” e orientação para os problemas do presente, numa perspectiva atemporal firmando a memória do presidente como o grande “mestre”, na mesma consonância da sua trajetória inventada de homem-símbolo desde a “o seu assassinato em 1930”. Vejamos o que afirma o escritor Nelson Coelho:

O mausoléu do presidente João Pessoa será edificado nos jardins do Palácio da Redenção, onde solenemente permanecerá como mais um parceiro **a quem, nos instantes de dificuldade, pode-se-á recorrer buscando os ensinamentos**, em socorro da Paraíba em favor dos paraibanos. Com as honras de estilo, destinadas aos chefes de Estado, a Paraíba recebe o filho que nunca se ausentou. (Jornal *A União*, 27 jul. 1997 - grifamos)

Os “paraibanos” teriam no monumento a personificação solene do seu “filho”. João Pessoa que continua vivo, suas cinzas tem vozes e falarão, orientando e sempre a conduzir os caminhos da Paraíba. Com estas afirmativas numa presença senão “divina” do grande “chefe de Estado” lembramos a expressão do escultor Décio Vilares escrita num túmulo de um outro herói: “Os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos”.

Nelson Coelho emprega uma atribuição bastante “santificadora” para o Mausoléu, percebemos através de suas linhas, que João Pessoa “permanece” como alguém “transcendente” da mesma forma que se observa em diversas práticas religiosas, sobretudo nas práticas católicas, onde o cristão é aconselhado a visitar o “Santíssimo Sacramento” e depositar as angústias e sofrimentos em reconhecimento da presença de Jesus Cristo naquele lugar, particularmente na hóstia.

Percebemos um constante trabalho de “santificação” do presidente numa inseparável produção de uma memória coletiva, nesse sentido, legitimada por uma tradição que foram atribuídas

igualdade entre Jesus Cristo e João Pessoa, nas diversas situações, na perseguição sofrida pelos “inimigos”, o martírio em nome de “muitos”, do sangue derramado e até mesmo a façanha dos milagres. O mausoléu soma-se a mais uma “honra de estilo” onde a “áura” da presença eterna do presidente João Pessoa não acaba, mesmo após a sua morte, pelo contrário inicia-se com ela.

A criação do mausoléu vinha complementar este ideal, mas também serviria como mais um cenário para rituais cívicos e comemorativos, repetidos todos os anos na data de sua morte. A agenda da programação também incluiria a visita ao mausoléu, da mesma forma que já era estabelecido a ida ao monumento erigido poucos metros dali, na Praça João Pessoa.

O projeto de construção do mausoléu para abrigar as cinzas do presidente João Pessoa e de sua esposa, foi encaminhado pelo Governo do Estado para a apreciação do IPHAEP, no dia 08 de agosto de 1997, isto é, na semana seguinte às festividades do traslado.

Esse projeto não constitui um ato isolado de um governo, ou de um interesse saudosista, mas parte de um programa de difusão da memória deste personagem para a população paraibana com mais de meio século de exaustiva difusão.

O conselho responsável, no IPHAEP, pela matéria solicitou a SUPLAN uma planilha de quantitativos de preços, especificações técnicas e plantas do mausoléu para que fosse possível uma análise da construção, uma vez que o local sugerido seria entre a Faculdade de Direito e o Palácio da Redenção. Esse espaço, como todo o Centro Histórico da capital constitui área de preservação e tombamento, para a Comissão do Centro Histórico, era condição para a apreciação da construção do mausoléu ter acesso às informações do projeto para a partir daí poder elaborar um parecer para a efetivação ou não da obra.

Reunidos para a emissão do parecer e terminada a reunião, o Conselho Consultivo em decisão unânime concluiu: *“nós conselheiros decidimos pela não aprovação da edificação do mausoléu em área do Palácio da Redenção.”* Entre os argumentos apresentados no parecer encaminhado a SUPLAN, observamos que as considerações pautaram-se no fato do local onde se pretendia construir o mausoléu, ser de “alta relevância histórica” e de caráter de *Conservação Total*, ou seja, “não permitindo nenhuma intervenção de obra de natureza”.

Foi deduzido pelos conselheiros que se “trata de um projeto definitivamente concluído, em vias de procedimentos administrativos para a sua execução”, uma vez que todos os cálculos e plantas já tinham sido elaborados. Para o conselheiro Raglau Gondim, o projeto apresentava dois aspectos negativos: o primeiro era que a construção agrediria o conjunto arquitetônico do lugar, e o segundo que o projeto em análise já estaria às vésperas da licitação da obra. Portanto, não respeitava os trâmites legais exigidos para a edificação que estava sendo solicitada.

“Malgrada coincidência”, foi lembrada pelos conselheiros que vazio criado entre o Palácio da Redenção e a Faculdade de Direito, pretendido para o local do mausoléu, devia-se ao “com a mutilação da antiga Igreja de Nossa Senhora da Conceição” no ano de 1929, que desconfigurou o conjunto da obra.

Por ironia do destino diriam alguns, quem teria sido o autor da demolição dessa expressão barroca jesuítica na Paraíba? A resposta nos reporta a seguinte situação: a derrubada da Igreja fazia parte das reformas no Palácio do Governo para a construção de um jardim na lateral, encaminhada pelo presidente à época, ninguém menos que, o Sr. João Pessoa.

Setenta anos depois, uma nova proposta de reforma para aquele local, encaminhada pelo Governo, para ocupar o lugar vazio deixado pela Igreja, que pela pretensão, pelo menos difundida à época, para se construir um novo lugar sagrado.

Presente no noticiário do jornal oficial, nos pronunciamentos solenes e nos elementos simbólicos que compõe o projeto da obra, o mausoléu nos apresenta um novo templo, pelo portão de entrada, ao vermos o desenho no projeto observamos essa semelhança.

Entretanto, mesmo não aprovando o projeto para a edificação do mausoléu, o Conselho entende que um “simples mausoléu” seria insuficiente para a “preservação da figura histórica do Presidente João Pessoa”, dessa forma, o Estado deveria se empenhar para a criação de um “Memorial” para ampliar a visão e a elevação do “símbolo de mártir da Revolução de 30”. Onde estaria reunido, num só lugar, todo o acervo referente ao seu “patrono”.

Em novembro de 1997 um novo projeto é apresentado para o Conselho do IPHAEP, dessa vez encaminhado pela Secretaria de Educação e Cultura para que fosse submetido a uma nova apreciação. Pela ata da reunião, não mais que uma página e meia, sem muita demora nas discussões e em caráter de sessão “extraordinária”, foi aprovado por todos os membros, a construção do Mausoléu, e, sem restrição ao local pretendido, apenas com uma observação referente a não instalação do “capitel” entre as colunas e a base do portão, para não comprometer a visualização da parede lateral do Palácio da Redenção.

O que fez o Conselho mudar de posicionamento em menos de três meses é uma questão interessante, uma vez que o parecer n. 2697 datado de 26/08/1997, encaminhado a SUPLAN, explicitava as considerações para a não execução da obra e a decisão deliberativa de proteção ao Patrimônio Histórico.

Pelas especificações do novo projeto, alterado apenas no que diz respeito a retirada do capitel, constituía um empreendimento no valor de R\$ 30.994,75 (trinta mil, novecentos e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos), na data proposta (11/97). A data prevista para a inauguração seria em 26 de julho de 1998, possibilitando o uso do monumento como parte das comemorações oficiais da morte de João Pessoa.

Não podemos perder de vista aqui, que a narrativa simbólica do monumento expressa um modo de pensar dos seus construtores. O Mausoléu é uma extensão da biografia do presidente como também os aspectos representativos que estão presentes nos discursos memorialísticos em relação a sua pessoa.

Algumas referências simbólicas são trazidas para a obra. Podemos destacar primeiramente três aspectos: a identidade, a vida familiar e a vida pública. No que diz respeito ao tema da identidade,

a proposta de alocação do Mausoléu para a capital da Paraíba, aponta para uma referência aos paraibanos, afinal de contas a Paraíba é o seu “lar” sua “terra”, “trazê-lo de volta” é “um compromisso com a História”. Ao criar uma referência com a Paraíba, a “homenagem” por consequência, também “se estende” aos paraibanos, pois, a “Paraíba deve se orgulhar de ser mãe de um imortal.”

O outro tema é a vida familiar, os restos mortais de sua esposa trazidos para o mesmo jazigo aponta para uma “compensação” diante de um presidente “sacrificado”, pois viveu distante da família pelo “amor ao seu Estado”. A inscrição em bronze no jazigo indica que a Sra. Maria Luiza “em vida foi esposa e mãe com **recato que a fez distanciar-se** do poder para servir apenas aos deveres do lar.” (grifamos)

Um outro tema explorado é a narrativa heróica da vida pública de João Pessoa. Era preciso que o Mausoléu justificasse a homenagem, evidenciando a importância do personagem. Nesse sentido do ponto de vista formal, no texto das especificações técnicas para a sua construção estabelece que “todos os materiais” empregados na obra serão “de primeira qualidade”. De fato, o material principal para a constituição do monumento é o mármore branco e o bronze. Duradouro assim como a memória e culto do “grande presidente”, resiste ao passado e se perpetua no presente.

Ao redor do jazigo estão erguidas seis colunas de mármore, que seguem em duas filas contínuas de sete colunas em direção ao portão de entrada do Mausoléu. Os visitantes ao entrar no recinto, caminhando entre as colunas visualizam o “rosto” e o “nome” do homenageado. A memória esculpida em mármore acelera a lembrança para quem se destinam as “honras” expressas nas colunas.

Acima da cripta está exposta uma pira em bronze lançando uma “chama eterna”, que: “será uma tocha a iluminar os caminhos dos que honrarem o seu nome e um sol vingador, a cegar aquele que ouse desviar a Paraíba do seu verdadeiro caminho”, na interpretação do Governador José Maranhão. Em outra leitura, usando as palavras do próprio escultor da obra, Régis Cavalcante, atestou que esse fogo eterno simbolizava “a luta incessante de João Pessoa pelo bem estar da Paraíba”.

